

Superior Tribunal de Justiça

**AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.465.628 - SC
(2019/0069224-7)**

RELATOR : MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
AGRAVANTE : MARIA RACHEL PEREIRA LIMA
ADVOGADO : RENATO DE CAMARGO - SC016129
AGRAVADO : ESTENCIL MELO FRANCO
ADVOGADOS : MÁRCIO ROBERTO PAULO - SC014112
RODRIGO FRANSOSI - SC045455
MATHEUS ADRIANO PAULO - SC045787

EMENTA

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL (CPC/2015). DECISÃO DA PRESIDÊNCIA DESTE STJ QUE NÃO CONHECEU DO RECURSO.

1. PREPARO. SÚMULA 187/STJ. GRATUIDADE DE JUSTIÇA. PEDIDO NÃO APRECIADO. PRESUNÇÃO EM FAVOR DO REQUERENTE. DESERÇÃO NÃO CONFIGURADA. RECONSIDERAÇÃO.

1.1. "A ausência de manifestação do Judiciário quanto ao pedido de assistência judiciária gratuita leva à conclusão de seu deferimento tácito, a autorizar a interposição do recurso cabível sem o correspondente preparo" (AgRg nos EAREsp 440.971/RS, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, CORTE ESPECIAL, julgado em 03/02/2016, DJe 17/03/2016).

2. NOVA ANÁLISE DO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA À DECISÃO DA CORTE LOCAL QUE INADMITIU O RECURSO ESPECIAL. NECESSIDADE. PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE. NÃO OBSERVÂNCIA.

3. AGRAVO INTERNO ACOLHIDO PARA NÃO CONHECER DO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

Vistos etc.

Trata-se de agravo interno interposto por MARIA RACHEL PEREIRA LIMA em face de decisão monocrática da Presidência deste Superior Tribunal de Justiça que não conheceu do recurso, diante da ausência de preparo, o que atraiu a incidência da Súmula 187/STJ (e-STJ fls. 255/256).

Em suas razões, a parte agravante alega, em síntese, que:

"Como já foi ventilado nos autos, a presente ação de

Superior Tribunal de Justiça

Embargos de Terceiro foi distribuída por dependência aos autos principais da ação monitória e posteriormente de execução de sentença, este sob o n. 0017503-11.2002.8.24.0005 que atualmente encontra-se com a tramitação suspensa (íntegra dos autos em anexo).

Na ação principal, a agravante é beneficiária da Assistência Judiciária Gratuita, que jamais foi revogada, cujos efeitos obviamente alcançam também a presente ação, haja vista que o acessório segue o principal.

Se depreende esta assertiva também da cópia da declaração de hipossuficiente que foi à época juntada aos autos principais pela agravante, bem como, da expedição do mandado de citação, que aponta expressamente tratar-se de Justiça Gratuita.

Embora não haja despacho judicial neste sentido, se tem que a AJG foi gerada no mínimo de forma tácita pelos juízos a quo em favor da agravante.

Neste contexto, a agravante jamais pagou quaisquer custas processuais para dar fluência à presente ação ou à ação principal. Prova disso é que foi informada esta circunstância às fls. 123 do Recurso de Apelação, que foi conhecido sem qualquer exigência de pagamento prévio de custas processuais pelo TJSC (fls. 143/151)." (e-STJ fl. 260, grifei).

Impugnação ao agravo interno às e-STJ fls. 550/552.

A Presidência desta Casa determinou a distribuição do presente recurso, nos termos do artigo 21-E, § 2.º, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça (e-STJ fl. 556).

O recurso foi distribuído à minha relatoria (e-STJ fl. 556).

É o relatório.

Passo a decidir.

Cabe reconsideração da decisão agravada, isso porque, de fato, assiste razão à parte agravante no que tange à desnecessidade de comprovação do preparo.

Da análise dos autos, extrai-se que a Presidência deste Superior Tribunal de Justiça verificou que o recurso especial teria sido interposto sem as guias de preparo e os respectivos comprovantes de pagamento, razão pela qual intimou a agravante para comprovar a condição de beneficiária da gratuidade de justiça

Superior Tribunal de Justiça

(e-STJ fl. 245).

Ante a intimação, a agravante demonstrou, às e-STJ fls. 247/252, que efetuou, ainda na instância de origem, o pedido da gratuidade de justiça.

Sobre o tema, esta Corte Superior possui orientação no sentido de que a ausência de manifestação do Judiciário quanto ao pedido de assistência judiciária gratuita leva à conclusão de seu deferimento tácito, a autorizar a interposição do recurso cabível sem o correspondente preparo. A propósito, confira-se os julgados da Corte Especial deste Tribunal Superior:

AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. RECURSO JULGADO DESERTO. REFORMA DA DECISÃO. PEDIDO DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA FORMULADO NA ORIGEM. AUSÊNCIA DE MANIFESTAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO. DEFERIMENTO TÁCITO. RECONHECIMENTO. AGRAVO PROVIDO.

1. Presume-se o deferimento do pedido de assistência judiciária gratuita não expressamente indeferido por decisão fundamentada, inclusive na instância especial.

2. A ausência de manifestação do Judiciário quanto ao pedido de assistência judiciária gratuita leva à conclusão de seu deferimento tácito, a autorizar a interposição do recurso cabível sem o correspondente preparo.

3. A omissão do julgador atua em favor da garantia constitucional de acesso à jurisdição e de assistência judiciária gratuita, favorecendo-se a parte que requereu o benefício, presumindo-se o deferimento do pedido de justiça gratuita, mesmo em se tratando de pedido apresentado ou considerado somente no curso do processo, inclusive nesta instância extraordinária.

4. Agravo interno provido.

(AgRg nos EAREsp 440.971/RS, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, CORTE ESPECIAL, julgado em 03/02/2016, DJe 17/03/2016, grifei).

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RECURSO ESPECIAL. PEDIDO DE JUSTIÇA GRATUITA. OMISSÃO DO JUDICIÁRIO. PRESUNÇÃO DE DEFERIMENTO.

1. A Corte Especial no julgamento dos EAREsp 440.971/RS, DJe de 17/03/2016, firmou o entendimento de que a ausência de indeferimento expresso do pedido de assistência judiciária

Superior Tribunal de Justiça

gratuita formulado enseja a presunção da concessão do benefício em favor da parte que o pleiteou, quando acompanhado da declaração de hipossuficiência, só podendo ser afastada por decisão judicial fundamentada, quando impugnada pela parte contrária, ou quando o julgador buscar no processo informações que desqualifiquem referida declaração.

2. No caso, a parte agravante formulou pedido de concessão dos benefícios da assistência judiciária gratuita na petição inicial e, em nenhum momento tal requerimento fora expressamente indeferido, de maneira que, o feito prosseguiu regularmente. Nesse contexto, impõe-se presumir a concessão tácita da benesse, nos moldes do que firmou a Corte Especial, repelindo-se, assim, a pena de deserção imposta aos embargos de divergência.

3. Agravo regimental provido para afastar a pena de deserção dos presentes embargos de divergência.

(AgRg nos EDcl nos EREsp 1.445.382/CE, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, CORTE ESPECIAL, julgado em 20/04/2016, DJe 29/04/2016, grifei).

Deste modo, a reconsideração do *decisum* é medida que se impõe, para que prossiga a análise do agravo em recurso especial.

Trata-se de agravo manejado contra decisão do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina que negou seguimento ao recurso especial aos seguintes fundamentos:

"O recurso especial não merece ascender pelas alíneas constitucionais permissivas ante o disposto nas Súmulas 7 e 83 do Superior Tribunal de Justiça, haja vista que o acórdão impugnado, mediante análise do contexto fático-probatório dos autos, deliberou em consonância com o entendimento firmado pela Corte Superior no que se refere ao termo inicial do prazo para a oposição de embargos de terceiro.

Convém destacar trechos do julgado recorrido:

Diante dos precedentes indicados ô possível concluir que o prazo para a oposição dos embargos conta-se a partir da data do esbulho ou da turbação nos casos em que o terceiro não tinha ciência da execução, mantendo-se, contudo, o termo legal de até 5 (cinco) dias depois da arrematação, adjudicação ou remição, mas sempre antes da assinatura da respectiva carta, nos casos em que o terceiro detém prévia ciência da execução, nos termos do art. 1.048 do CPC/1973 (correspondente ao art. 675 do CPC/15).

Superior Tribunal de Justiça

No presente caso, embora o embargante tivesse inequívoca ciência da execução, verifico que ao tempo do ajuizamento dos embargos (28-08-2015 - fl. 03), sequer havia sido iniciada a fase expropriatória, haja vista que o processo encontrava-se em fase de avaliação do bem e designação de hasta pública (fls. 132 e 198 - dos autos em apenso). Logo, o termo para oposição dos embargos não havia tido início ou fim.

[...]

Diante disso, considerando que os embargos foram opostos antes mesmo de iniciada a fase expropriatória, impossível acolher a tese de intempestividade dos embargos aventada pela parte apelante. (fls. 141/142).

Em situações análogas, deliberou a Corte Superior:

- [...] 3. Nos termos da jurisprudência desta Corte, os embargos devem ser opostos até o quinto dia após a arrematação e antes de assinada a carta, se o terceiro tinha conhecimento da execução. Caso contrário, o prazo tem início com a imissão do arrematante na posse do bem.

4. O Tribunal de origem julgou nos moldes da jurisprudência desta Corte. Incidente, portanto, o enunciado 83 da Súmula do STJ.

5. Não cabe, em recurso especial, reexaminar matéria fático-probatória (Súmula 7/STJ). (STJ - AgInt nos EDcl no AgInt no AREsp 1.022.171/MT. Rel. Ministra Maria Isabel Gallotti, julgado em 09/10/2018. DJe 23/10/2018)

- PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO. PENHORA. EMBARGOS DE TERCEIRO. PRAZO. ART. 1.048 DO CPC/1973. TEMPESTIVIDADE. SÚMULA N. 83/STJ. DECISÃO MANTIDA.

1. 'Nos termos da jurisprudência desta Corte, os embargos devem ser opostos até o quinto dia após a arrematação e antes de assinada a carta, se o terceiro tinha conhecimento da execução. Caso contrário, o prazo tem início com a imissão do arrematante na posse do bem' (AgRg no AREsp n. 389.222/RJ, Relatora Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 5/12/2013, DJe 3/2/2014).

2. No caso, o Tribunal de origem julgou em conformidade com a

jurisprudência desta Corte ao afastar intempestividade dos embargos opostos por terceiro que teve ciência da execução com a penhora do bem, considerando que não ocorreu nenhum dos atos previstos no art. 1.048 do CPC/1973. (STJ - AgInt no AgInt no AREsp 879.210/RS, Rei. Ministro Antônio Carlos Ferreira, julgado em 21/06/2018, DJe 29/06/2018).

Ademais, convém frisar que 'a incidência do enunciado n. 7

Superior Tribunal de Justiça

quanto à interposição pela alínea a impede o conhecimento da divergência jurisprudencial, diante da patente impossibilidade de similitude fática entre acórdãos. Nesse sentido: AgInt no AREsp 1044194/SP. Rei. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 19/10/2017, DJe 27/10/2017' (STJ - AgInt no AREsp 1.217.531/SP, Rel. Ministro Francisco Falcão, julgado em 21/03/2018, DJe 26/03/2018)." (e-STJ fls. 191/192, grifei).

Nas razões do agravo em recurso especial, a agravante afirma que a situação fática ora em análise demonstra a necessidade de rejeição dos embargos de terceiro opostos pela parte recorrida, uma vez que intempestivos.

Diz, ainda, que houve desrespeito à coisa julgada.

Contraminuta ao agravo às e-STJ fls. 225/227.

Contudo, o recurso não merece ser conhecido.

Na hipótese, não obstante as fundadas razões postas na decisão que inadmitiu o recurso especial, a agravante limitou-se a defender a intempestividade dos embargos de terceiro, bem como o desrespeito à coisa julgada, deixando, assim, de impugnar os impeditivos das Súmulas 07 e 83/STJ.

Destarte, as razões postas não são aptas a infirmar o *decisum* agravado, tendo a parte esquivado-se do ônus que lhe competia, qual seja, a impugnação clara e objetiva da decisão do Tribunal *a quo* que deixou de admitir o recurso especial. Resta evidente, pois, a violação ao princípio da dialeticidade.

A propósito:

"AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO CONTRA DECISÃO QUE, NA ORIGEM, NÃO ADMITIU RECURSO ESPECIAL. FUNDAMENTO NÃO IMPUGNADO. SÚMULA 182 DESTE SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA.

1.- Cumpre à parte, nas razões do agravo, impugnar todos os fundamentos suficiente da decisão que, na origem, não admite o recurso especial. Além disso, é preciso que tal impugnação seja efetiva, exigindo-se da parte que demonstre a impertinência dos motivos nos quais fundada a decisão agravada.

2.- A agravante, quando da interposição do Agravo, não cuidou de impugnar a decisão agravada em toda a sua

Superior Tribunal de Justiça

extensão, mormente quanto à afirmação de incidência das Súmulas 5, 7 e 13/STJ.

3.- Agravo Regimental improvido" (AgRg no AREsp 79.569/SP, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, Terceira Turma, DJe 01/02/2012)

"PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO RECEBIDOS COMO AGRAVO REGIMENTAL. PRINCÍPIO DA FUNGIBILIDADE. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA AOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO PROFERIDA PELO TRIBUNAL DE ORIGEM QUE NÃO ADMITIU O RECURSO ESPECIAL. APLICAÇÃO DO ART. 544, § 4º, I, DO CPC. PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE, QUE IMPÕE O ATAQUE ESPECÍFICO AOS FUNDAMENTOS. INSUFICIÊNCIA DE ALEGAÇÃO GENÉRICA. PRECEDENTES. MANUTENÇÃO DA DECISÃO ORA AGRAVADA.

1. O agravo que objetiva conferir trânsito ao recurso especial obstado na origem reclama, como requisito objetivo de admissibilidade, a impugnação específica aos fundamentos utilizados para a negativa de seguimento do apelo extremo, consoante expressa previsão contida no art. 544, § 4º, inc. I, do CPC, ônus da qual não se desincumbiu a parte insurgente.

2. À luz do princípio da dialeticidade, que norteia os recursos, compete à parte agravante, sob pena de não conhecimento do agravo, infirmar especificamente os fundamentos adotados pelo Tribunal de origem para negar seguimento ao reclamo, sendo insuficiente alegações genéricas de não aplicabilidade do óbice invocado. Precedentes. 3. Embargos de declaração recebidos como agravo regimental ao qual se nega provimento." (EDcl no AREsp 347.137/MG, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, Quarta Turma, DJe 03/02/2014, grifei)

Desse modo, a falta de ataque específico à decisão agravada acarreta o não conhecimento do recurso, a teor do que dispõe o artigo 253, parágrafo único, inciso I, do Regimento Interno do STJ.

"Art. 253. [...]

Parágrafo único. Distribuído o agravo e ouvido, se necessário, o Ministério Público no prazo de cinco dias, o relator poderá:

I - não conhecer do agravo inadmissível, prejudicado ou daquele que não tenha impugnado especificamente todos os fundamentos da decisão recorrida".

Superior Tribunal de Justiça

Ante o exposto, acolho o agravo interno e, com base no art. 253, parágrafo único, I, do Regimento Interno do STJ, NÃO CONHEÇO do agravo em recurso especial.

Nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil/2015, majoro os honorários advocatícios arbitrados no acórdão recorrido (e-STJ fl. 151) em 5% (cinco por cento), em desfavor da parte recorrente. Fica suspensa a sua exigibilidade, nos termos do art. 98, §§ 2.º e 3.º, do CPC/2015, por ser a recorrente beneficiária da gratuidade de justiça.

Intimem-se.

Brasília (DF), 03 de outubro de 2019.

Ministro **PAULO DE TARSO SANSEVERINO**
Relator

